

Título do capítulo	INTRODUÇÃO – PARTE 4 ECONOMIA DO CUIDADO
Autora	Luana Pinheiro
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350578intro4

Título do livro	Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil
Organizadoras	Ana Amélia Camarano Luana Pinheiro
Volume	1
Série	-
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2023
Edição	1a
ISBN	9786556350578
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350578

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

INTRODUÇÃO

ECONOMIA DO CUIDADO

Luana Pinheiro¹

Esta última parte do livro *Cuidar, Verbo Transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil* trata de avançar para mais um campo analítico que se refere ao cuidado e sua relação com o universo da economia e do trabalho exercido no mundo mercantil. Os capítulos anteriores tornaram evidente que os cuidados podem ser prestados de múltiplas formas e por diferentes agentes. Se bem podemos ofertar e receber cuidados no espaço doméstico, de forma não remunerada e em relações interativas entre familiares, é também possível que esse mesmo cuidado seja adquirido no mercado de trabalho, na esfera pública e a partir de uma breve interação entre desconhecidos – ou mesmo sem qualquer interação pessoal (como ir a uma lavanderia e pagar para colocar sua roupa em uma máquina automática).

A despeito dessas diferenças, há algo que une todas essas experiências: o cuidado é sempre prestado por meio de um *trabalho*, exercido por uma pessoa – como visto até aqui, majoritariamente, por mulheres. Mesmo quando demanda pouca ou nenhuma interação pessoal, é necessário que alguém se responsabilize por realizar um trabalho que, ao produzir um bem ou um serviço, contribua para o bem-estar de quem se beneficia do cuidado (e da sociedade de forma geral). No exemplo da lavanderia, ainda que a máquina faça o trabalho de lavar, há alguém que separou as roupas, embalou, se deslocou até a lavanderia, esperou, recolheu as peças, dobrou, pagou e retornou até a casa com as roupas lavadas para guardá-las.

Se a visão tradicional sobre trabalho “confunde trabalho com emprego e produção com produção de mercadorias” (p. 16),² os estudos feministas deram uma importante contribuição para ampliar esse entendimento, trazendo para dentro do conceito de trabalho todas as atividades que, realizadas de forma não remunerada, também produzem bens e serviços que permitem que as sociedades se reproduzam e que as economias funcionem. Ou seja, não é apenas o trabalho realizado no mercado de trabalho que produz algo, mas todo o trabalho realizado no espaço doméstico de forma não remunerada, para garantir a reprodução da

1. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). Atualmente, é diretora de economia do cuidado na Secretaria Nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *E-mail*: <luana.pinheiro@mds.gov.br>.

2. Pereira, Bruna. *Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. (Relatório de Pesquisa). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7412/1/RP_Economia_2016.pdf>.

vida, é também produtor, ofertando à sociedade não apenas serviços, mas também bens e produtos. Assim, a partir dessa perspectiva teórica, todo o trabalho de lavar, cozinhar, limpar, cuidar das pessoas – em especial daquelas em situação de dependência – e gerenciar o lar passam a ser nominados a partir de expressões como “trabalho de cuidados”, “trabalho doméstico e de cuidados não remunerado”, “trabalho não pago”, “trabalho reprodutivo”, entre outras.

Nesse sentido, passam a fazer parte do mundo econômico não apenas os trabalhos transacionados no mercado em troca de uma renda monetária, mas também aqueles realizados sem a intermediação mercantil. A esse novo campo, dá-se o nome de “economia dos cuidados”. Esse giro analítico se baseia na defesa e na compreensão de que o trabalho de cuidado não remunerado não apenas integra o sistema econômico, mas também é essencial para a sua própria existência. Isso significa, portanto, que perceber o mundo a partir desse paradigma significa trazer o cuidado para o centro das análises, tanto percebendo sua contribuição e importância ao ser desempenhado pelas mulheres, no espaço doméstico, de forma não paga, quanto considerando as condições de trabalho e remuneração daqueles que exercem o cuidado como ocupação ou profissão no mercado de trabalho, conforme *Relatório de Pesquisa* citado na nota de rodapé 2.

Os dois capítulos que compõem esta parte tratam de avançar por este caminho. O primeiro deles, isto é, o capítulo 10, de autoria de Nadya Araujo Guimarães e Luana Simões Pinheiro, trata de delinear aquilo que foi chamado pelas autoras de um “setor dos cuidados”. O foco aqui é dimensionar o cuidado profissional, exercido no âmbito do mercado de trabalho de formas tão variadas quanto o trabalho de uma cuidadora de idosos e de uma dentista. A partir da construção de uma interessante proposta metodológica, as autoras definiram um conjunto de setenta ocupações que, pelas características do trabalho desenvolvido, puderam ser classificadas como pertencentes ao setor econômico dos cuidados. Mais do que isso, elas buscaram construir uma classificação que, pautada pela densidade de cuidado embutida em cada ocupação, fosse capaz de distribuir as ocupações em círculos concêntricos, sendo o círculo mais interno aquele com maior densidade de cuidado (contendo ocupações como trabalhadoras domésticas e cuidadoras) e aqueles mais externos, os que contavam com menor densidade, com ocupações como cozinheiros(as) em restaurantes ou limpadores de edifícios.

O conjunto das ocupações do setor de cuidados agrupava, em 2019, ano imediatamente anterior ao início da pandemia de covid-19, um total de quase 24 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, o que equivalia a um quarto de toda a força de trabalho do país naquele ano, colocando este como o segundo maior setor econômico brasileiro. As autoras também identificaram que este é um setor tipicamente feminino, com mais de 70% dos postos de trabalho sendo ocupados

por mulheres, em uma reprodução daquilo que ocorre também no cuidado não remunerado exercido no espaço doméstico. Mas este não é somente um setor de mulheres, ele é também um setor de mulheres negras: a cada 100 trabalhadores(as) do cuidado, 45 eram mulheres negras em 2019. Apesar de serem maioria no setor, essas mulheres estavam sobrerrepresentadas em ocupações precárias e de mais baixa qualidade, reforçando a existência de uma divisão sexual e racial do trabalho de cuidados que não apenas separa os grupos, mas também os hierarquiza.

O capítulo 11, por sua vez, de autoria de Ana Luiza Barbosa, Joana Costa e Maíra Franca, trata da relação entre trabalho de cuidado e mercado de trabalho a partir de outro ponto de vista, buscando entender como a responsabilidade pelo cuidado não remunerado impacta as possibilidades de contribuição das mulheres para a economia via inserção no mercado de trabalho. Para tanto, as autoras calculam o custo de oportunidade do trabalho reprodutivo para as mulheres e para os domicílios, buscando entender não apenas os impactos individuais em termos de perda de autonomia econômica para as mulheres, mas também os impactos para a renda domiciliar e para a pobreza dos domicílios.

Os resultados mostram que mulheres com custo de oportunidade maior tendem a realizar jornadas menores de trabalho reprodutivo. Estas são as mulheres com melhor inserção no mercado de trabalho e que, portanto, possuem condições para contratar no mercado bens e serviços que aliviem a carga de trabalho de cuidados sob sua responsabilidade. A ausência de políticas de cuidado e de serviços públicos, nesse sentido, amplia a desigualdade entre as mulheres. Para os homens, em contrapartida, as autoras não encontraram relação entre custo de oportunidade e trabalho de cuidados, não havendo muita desigualdade entre eles que, via de regra, se envolvem pouco nessas atividades.

O capítulo também procura olhar o que aconteceria com o bem-estar das famílias caso as mulheres que não trabalham de forma remunerada por conta das responsabilidades de cuidado pudessem entrar no mercado de trabalho e encontrar uma ocupação. Os achados apontam uma potencial redução na pobreza e na desigualdade, evidenciando a centralidade das políticas de cuidado e do compartilhamento do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres como estratégia para o desenvolvimento econômico e social do país.

